



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

MENSAGEM DE VETO

Nº 04/2015

META **TOTALMENTE** O PROJETO DE LEI Nº 10/2015 DE AUTORIA DO VEREADOR DR. ERALDO TEODORO DE OLIVEIRA – QUE: “ESTABELECE A POSSIBILIDADE DE AGENDAMENTO TELEFÔNICO DE CONSULTAS PARA PACIENTES IDOSOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E MORADORES DE ZONA RURAL JÁ CADASTRADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

REJEITADO

AUTORIA: – EXECUTIVO MUNICIPAL

ENVIADO ÀS COMISSÕES: (em destaque).

LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO; CONTRÁRIO

FINANÇAS E ORÇAMENTO;

MÉRITOS TEMÁTICOS;

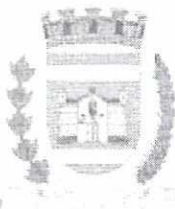
SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

REPRESENTATIVA.

Incluído no Expediente	Em	12 / 05 / 2015
Incluído na Ordem do Dia	Em	08 / 06 / 2015
Pedido de Vistas	Em	- / - / -
Turno Único Discussão e Votação	Em	08 / 06 / 2015
Aprovado em Redação Final	Em	- / - / -
Promulgada	Em	22 / 06 / 2015
LEI Nº 3601 / 2015	Sancionada	Em - / - / -
Publicada no Órgão Oficial	Nº 1837	Em 23 / 06 / 2015

TRAMITAÇÃO

[illegible]



MENSAGEM DE VETO Nº 04/2015
PROJETO DE LEI Nº 10/2015

AO DAL
Providências.
12/05/2015

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência e aos demais Membros do Poder Legislativo Municipal que, nos termos do art. 33, §1º e art. 55, VI da Lei Orgânica do Município de Campo Mourão, após ouvir os órgãos municipais competentes, decidi **vetar totalmente, por inconstitucionalidade**, o Projeto de Lei nº 10/2015, que *"estabelece a possibilidade de agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos, pessoas com deficiências e moradores da zona rural, já cadastrados nas Unidades Básicas de Saúde do Município, e dá outras providências"*, conforme razões que seguem:

Razões de veto

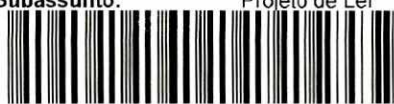
1. Trata-se de projeto de lei, originário do Poder Legislativo, que visa estabelecer procedimentos de agendamento de consultas nas Unidades Básicas de Saúde em relação a determinados usuários.
2. Certamente, a finalidade do projeto é nobre, de modo que facilitaria o acesso dos serviços de saúde pelos usuários a que se destina.
3. Ocorre que os procedimentos constantes da Proposição interferem em atribuições e na organização de órgãos vinculados ao Poder Executivo, cuja iniciativa da proposição legislativa visando discipliná-la, mediante lei formal, compete privativamente à Chefia do Poder Executivo, nos termos do art. 55, IV e art. 30, §1º, IV da LOM, art. 66, IV da CE/PR e art. 61, §1º, art. 84, II e VI, a, da CF/88.

Poder Legislativo de Campo Mourão
Processo nº 1003 / 2015

Código Verificador : 0842
Requerente: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO
Data / Hora: 11/05/2015 16:57
Assunto: Mensagem de Veto
Subassunto: Projeto de Lei

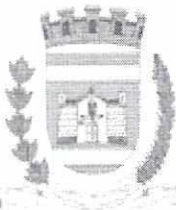
MARCO BERBET
PROCURADOR-GERAL
Port. 253/2014 - OAB 28.722/PR

MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO - ESTADO DO PARANÁ
CAMPO MOURÃO - PARANÁ - CAIXA POSTAL 420 - CEP 87201-940
144 - FAX: (44) 3518-1104 - CNPJ (MF) N.º 75.901.534/0001-06
urao.pr.gov.br - e-mail: prefeitura@campomourao.pr.gov.br



00000000000000000726





4. Ou seja, no atual modelo de repartição de funções do Poder, a forma de organização e atribuições dos órgãos administrativos, trata-se de matéria reservada ao Poder Executivo, cujas atribuições não podem ser exercidas pelo Poder Legislativo, sob pena de lesão ao postulado da independência e harmonia das funções do Estado.

5. Importante mencionar que há diversos precedentes judiciais quanto à inconstitucionalidade formal e material de proposições legislativas de origem parlamentar do mesmo gênero. Entre os quais:

CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE GRAVATAÍ. LEI MUNICIPAL Nº 2.963/2010. VÍCIOS FORMAL E MATERIAL.

É manifesta a inconstitucionalidade formal da Lei nº 2.963, de 14 de abril de 2010, do Município de Gravataí, que estabelece a possibilidade do agendamento telefônico de consultas a pacientes idosos e pessoas portadoras de deficiências já cadastrados nas unidades de saúde do Município de Gravataí e dá outras providências, ao dispor sobre matéria afeta a iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo relacionada a organização e funcionamento da administração pública, atritando com os artigos 8º, 10, 19, 60, II, d, e 82, III e VII, todos da Constituição Estadual. Como também, padece de inconstitucionalidade material a lei indigitada ao, criando atribuições aos órgãos do Poder Executivo, acarretar aumento de despesas, sem prévia previsão orçamentária. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70037579703, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Armínio José Abreu Lima da Rosa, Julgado em 04/10/2010) (grifo nosso)

ADIN. LEI MUNICIPAL. MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA VELHA. MATÉRIA DE NATUREZA ADMINISTRATIVA. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. MATÉRIA QUE VERSA SOBRE ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO. INFRAÇÃO AOS ARTS. 61, INCISO II, ALÍNEA 'B', E 82, INCISO VII, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES.

Padece de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, a Lei Municipal ao dispor que 'os pacientes idosos e as pessoas com deficiência poderão agendar, por telefone, as suas consultas nas unidades de saúde'. Violação ao disposto nos artigos 10, 61, inciso II, alínea "b", 82, incisos II e VII, e 163, todos da Constituição Estadual, e artigo 175 da Constituição Federal. **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME.** (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70041008475, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Aurélio dos Santos Caminha, Julgado em 30/05/2011) (grifo nosso)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI NO. 5.281 DO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO - ESTADO DO PARANÁ

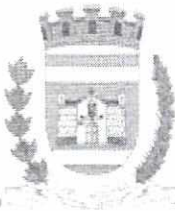
RUA BRASIL, 1487 - CAMPO MOURÃO - PARANÁ - CAIXA POSTAL 420 - CEP 86.601-140

TEL.: (44) 3518-1144 - FAX: (44) 3518-1104 - CNPJ (MF) N.º 75.904.524/0001-08

www.campomourao.pr.gov.br - e-mail: prefeitura@campomourao.pr.gov.br

Marco Berber
Procurador-Geral
Port. 253/2014 - OAB 28.722/PR





MUNICÍPIO DE ESTEIO. POSSIBILIDADE DE **AGENDAMENTO TELEFÔNICO DE CONSULTAS PARA PACIENTES IDOSOS E PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA NAS UNIDADES MUNICIPAIS DE SAÚDE**. DISPOSIÇÃO SOBRE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO. AUMENTO DE DESPESAS. CRIAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES A ÓRGÃOS DO EXECUTIVO. MATÉRIA DE INICIATIVA PRIVATIVA DO EXECUTIVO. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA E HARMONIA ENTRE OS PODERES. VÍCIO FORMAL DE INICIATIVA. VÍCIO MATERIAL. FLAGRANTE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE JULGADA PROCEDENTE. UNÂNIME. (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70042618017, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Arno Werlang, Julgado em 12/09/2011) (grifo nosso)

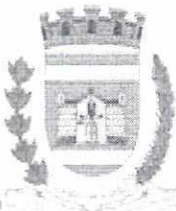
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. NORMA MUNICIPAL QUE ESTABELECE A POSSIBILIDADE DE **AGENDAMENTO TELEFÔNICO DE CONSULTAS PARA PACIENTES IDOSOS E PARA PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS** DO MUNICÍPIO DE IJUÍ. NORMA DE INICIATIVA DO PODER LEGISLATIVO, EM MATÉRIA DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO PODER EXECUTIVO. GERAÇÃO DE DESPESAS SEM PRÉVIA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA, INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL.

Há inconstitucionalidade formal e material na lei municipal que estabelece a possibilidade de agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos e para pessoas portadoras de necessidades especiais do município de Ijuí, por vício de iniciativa, interferindo na autonomia, independência e harmonia dos poderes, gerando despesas sem prévia dotação orçamentária. Precedentes do Órgão Especial do TJRS. Ação julgada procedente. Unânime. (grifo nosso).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Lei nº 3.246, de 10 de julho de 2014, do Município de Presidente Venceslau que dispõe sobre o **agendamento de consultas por telefone, aos pacientes idosos, portadores de necessidades especiais e gestantes, nas unidades de saúde do Município**. Invasão da esfera de competência do Chefe do Executivo, a quem cabe os atos de administração do Município, ao teor do artigo 47, II e XIV, da Constituição do Estado de São Paulo. Ausência de indicação das despesas carreadas ao erário por força da norma objurgada e de sua fonte de custeio em violação frontal ao art. 25 da citada Carta. Afronta também aos artigos 5º e 144 da Carta Bandeirante. Inconstitucionalidade reconhecida e declarada. Ação procedente, com modulação.

(TJ-SP, Relator: Xavier de Aquino, data de Julgamento: 11/03/2015, Órgão Especial)

6. Nesta via, a implantação dos procedimentos de agendamentos de consultas de que trata a Proposição dependem de estudos e alterações no serviços municipais de saúde, que não podem se materializar com a simples edição de lei neste aspecto,



originária do Poder Legislativo, dependendo de providências no âmbito da Secretaria de Saúde, com a final deliberação da Chefia do Poder Executivo.

7. Enfim, diante da tentativa de usurpação das competências legais do Poder Executivo Municipal, perpetrada pelo Poder Legislativo Municipal, não resta alternativa, a não ser o veto à Proposição, que fora contaminada na origem, de forma que eventual sanção, não teria o condão de afastar/convalidar o vício (ADI 700, ADI 2.417, ADI 1.963-MC do STF).

Essas são as razões que me levaram a vetar o Projeto em discussão, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Poder Legislativo Municipal.

PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"
Campo Mourão, 07 de maio de 2015.



Regina Massaretto Bronzel Duba
Prefeita de Campo Mourão



Procurador-Geral
Mário Berbet
Port. 253/2014 - QAB 28.722/PR



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI**Nº 10/2015**

ESTABELECE A POSSIBILIDADE DE AGENDAMENTO TELEFÔNICO DE CONSULTAS PARA PACIENTES IDOSOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E MORADORES DE ZONA RURAL JÁ CADASTRADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORIA: Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira

ENVIADO ÀS COMISSÕES: (em destaque).

LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO; *FAV.*
FINANÇAS E ORÇAMENTO;
MÉRITOS TEMÁTICOS;
SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA;
REPRESENTATIVA.

Incluído no Expediente	Em	23 / 02 / 15
Incluído na Ordem do Dia	Em	/ /
Pedido de Vistas	Em	/ /
1ª Discussão e Votação	Em	/ /
2ª Discussão e Votação	Em	/ /
Aprovado em Redação Final	Em	/ /
Promulgada	Em	/ /
LEI Nº	Sancionada	Em / /
Publicada no Órgão Oficial	Nº	Em / /

NEW YORK

[illegible]



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518 5092 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450
C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
Email: vereadoreraldoteodoro@cmcm.pr.gov.br
ASSESSORIA PARLAMENTAR PMDB

www.cmcm.pr.gov.br



PROJETO DE LEI Nº. 40 2015.

Estabelece a possibilidade de agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos, pessoas com deficiências e moradores da zona rural já cadastrados nas unidades de saúde do Município e dá outras providências.

Art. 1º - Os pacientes idosos, as pessoas com deficiências e os moradores da zona rural poderão agendar, por telefone, as suas consultas nas unidades de saúde do Município.

Parágrafo único – Para os fins desta lei, considera-se:

- I – unidade de saúde o estabelecimento compreendido como unidade básica de saúde, centro de saúde ou posto do Programa de Saúde da Família;
- II – idoso a pessoa que comprovar idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos na data da consulta.

Art. 2º - O agendamento de que trata esta lei somente será possível nas unidades de saúde onde o paciente já estiver cadastrado.

Art. 3º - Para receber o atendimento agendado por telefone, o paciente deverá apresentar, na ocasião da consulta, a sua carteira de identidade e o cartão do Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 4º - As unidades de saúde deverão afixar, em local visível à população, material indicativo do conteúdo desta lei.

/AP





PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518 5092 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

Email: vereadoreraldoteodoro@cmcm.pr.gov.br


ASSESSORIA PARLAMENTAR PMDB

www.cmcm.pr.gov.br



Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO, em 20 de janeiro de 2015.


DR. ERALDO TEODORO DE OLIVEIRA

Vereador

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

Protocolo N.º 161/2015

Campo Mourão, 27/01/15 Horas 15:24



PROTOCOLISTA



/AP

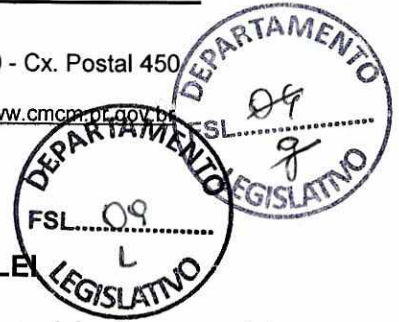


PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518 5092 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450
C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
Email: vereadoreraldoteodoro@cmm.pr.gov.br
ASSESSORIA PARLAMENTAR PMDB

www.cmm.pr.gov.br



MENSAGEM JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI

Para ser atendido pelos médicos nas unidades básicas de saúde é necessário que o paciente chegue ao posto antes do mesmo abrir e aguardar em fila para conseguir vaga para consulta, porém, mesmo que o paciente chegue bem cedo nem sempre consegue ser atendido devido ao excesso de pacientes.

Desta forma, as pessoas com maiores dificuldades para se deslocarem até as unidades de saúde, no caso as abrangidas por esta lei (idosos, pessoas com deficiência e moradores da zona rural), quando não conseguem ser atendidos, são mais prejudicadas em relação a outros pacientes, visto que, por exemplo, pessoas idosas saem bem cedo de casa, ficam aguardando na fila do lado de fora do posto, expostas ao frio, sujeitando-se a adquirirem doenças como gripe, etc. pois são mais vulneráveis, e não conseguindo o atendimento, têm que voltar em outra data para tentar vaga no atendimento, e essas pessoas geralmente dependem de familiares para ir ao posto, e nem sempre tem alguém a disposição para leva-los, muitas vezes ficam sem o atendimento devido a isso.

Com o agendamento telefônico essa parcela da população que será beneficiada com esta lei, terá a garantia que será realmente atendido, ainda assim deverá ficar na fila para aguardar o atendimento que ocorre por ordem de chegada. Sendo assim, não irá prejudicar os demais pacientes, pois seguirá a ordem de chegada normalmente, o diferencial é que terão a certeza do atendimento.

SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO, em 20 de janeiro de 2015.

DR. ERALDO TEODORO DE OLIVEIRA

Vereador





A DIVISÃO LEGISLATIVA CERTIFICA:

INDICAÇÃO Nº _____ /2015.

PROJETO DE LEI Nº 40 /2015.

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE REGISTRO DE SÚMULA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 003/97: 019/2011 e 11/2013.

SOBRE A MATÉRIA:

() não existe súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto.

(☒) existe o registro de súmula de outro Vereador e **CÓPIA ANEXO.**

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:

() Não

() Sim, conforme anexo.

- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:

() não há qualquer óbice.

() a proposição é idêntica a outra (anexo) () Já aprovada (167, I, a RI)
() Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167, I, b)
() Já transformado em diploma legal (167, I, C)

() a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.

() Em conformidade com o texto apresentado no requerimento nº /010, datado em _____ do corrente ano, a divisão legislativa indica que o texto é semelhante à indicação e não de requerimento.

() TRATA-SE DE REQUERIMENTO E/OU PROJETO COM A MESMA OU OPOSTA FINALIDADE DE OUTRO JÁ APROVADO (ARTIGO 167, INCISO VI) CONFORME DOCUMENTO ANEXO.

- QUANTO AOS QUESITOS PARA RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA PROPOSIÇÃO.

() há óbice; a proposição está protocolizada de forma equivocada. Deveria ter sido protocolizada conforme o art. 128, § 1º inciso I, do regimento interno.

() A proposição fere o artigo 151, § 2º, inciso I, do R. I., pois não está formalizada e em termos.

() A proposição tem conteúdo idêntico ou semelhante a proposição em tramitação - nº _____ /2012 (em anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "d", do R.I.

() A PROPOSIÇÃO TEM CONTEÚDO QUE FOI OBJETO DE INDICAÇÃO OU REQUERIMENTO APROVADOS NOS ÚLTIMOS 180 (CENTO E OITENTA DIAS) (CÓPIA ANEXO) - ART. 151, § 2º, INCISO II, ALÍNEA "E", DO R.I.

() A PROPOSIÇÃO REFERE-SE A OBJETIVO/META NÃO INCLUÍDO NO PLANO PLURIANUAL E LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, VIGENTES – ART. 128, § 2º, DO R.I.

Campo Mourão 30 de Janeiro de 2015.

.....
Marcelo Antonio Brandino Assis
Divisão Legislativa

SÚMULA:

09/2015 – 27/01 – Professora Vilma – REQUERIMENTO: REQUER INFORMAÇÕES SOBRE AGENDAMENTO DE CONSULTAS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DE CAMPO MOURÃO.





PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CONTROLE LEGISLATIVO E ARQUIVO HISTÓRICO



O DEPARTAMENTO DE CONTROLE LEGISLATIVO E ARQUIVO HISTÓRICO CERTIFICA:

Proposição: Projeto de Lei 10/2015 – Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira

“ESTABELECE A POSSIBILIDADE DE AGENDAMENTO TELEFÔNICO DE CONSULTAS PARA PACIENTES IDOSOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E MORADORES DE ZONA RURAL JÁ CADASTRADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:

() Não

(X) Sim (Legislação em Anexo)

Lei 1092/1998- Dispõe sobre o atendimento prioritário aos idosos, deficientes físicos, gestantes e mulheres com crianças de colo nos órgãos públicos municipais.

Lei 2577/1998 - Altera a Lei n.1092, de 04 de fevereiro de 1998 que “Dispõe sobre o atendimento prioritário aos idosos, deficientes físicos, gestantes e mulheres com crianças de colo nos órgãos públicos municipais”. (PROMULGADA; SANCIONADA)

Lei 2605/2010 - Altera a Lei n.1092, de 04 de fevereiro de 1998 que “Dispõe sobre o atendimento prioritário aos idosos, deficientes físicos, gestantes e mulheres com crianças de colo nos órgãos públicos municipais”.

Lei 2338/2008 - Obriga o atendimento para consultas médicas especializadas e exames laboratoriais do serviço público de saúde, para no máximo 30 (trinta) dias.

- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:

() NENHUM ÓBICE QUANTO A TRAMITAÇÃO.

() Já aprovada (167, I, a RI)

() Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167,I, b)

() Já transformado “integralmente” em diploma legal (167,I,C), necessitando de análise Jurídica.

(X) Já transformado “parcialmente” em diploma legal (167,I,C), necessitando de análise Jurídica.

() A proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.

Campo Mourão, 3 de fevereiro de 2015.

.....
JAQUELINE S. U. SILVA

Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico



LEI Nº 1092

De 4 de fevereiro de 1998

Dispõe sobre o atendimento prioritário aos idosos, deficientes físicos, gestantes e mulheres com crianças de colo nos órgãos públicos municipais.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Os departamentos da municipalidade responsáveis pelo atendimento ao público, deverão atender de forma prioritária, os idosos com mais de 65 (sessenta e cinco) anos, os deficientes físicos, as gestantes e as mulheres com crianças de colo.

Art. 2º Os departamentos responsáveis pelo atendimento ao público afixarão, em local bem visível a todos, informações sobre o atendimento prioritário.

Art. 3º O Chefe do Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no prazo de 30 (trinta) dias a contar da sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "10 DE OUTUBRO"

Campo Mourão, 4 de fevereiro de 1998

Tauillo Tezelli
Prefeito Municipal

Rubens Sanches Hernandes
Procurador Geral

José Haito Doi
Secretário do Bem Estar Social

PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL

Edição nº 1398 de 08 / outubro / 2010.

Página nº -28-

LEI N. 2577

De 16 de junho de 2010.

Parte vetada pelo Prefeito Municipal e mantida pela Câmara Municipal do projeto que se transformou na Lei n. 2577, de 16 de junho de 2010, que "altera a lei n. 1092, de 04 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre o atendimento prioritário aos idosos, deficientes físicos, gestantes e mulheres com crianças de colo nos órgãos públicos municipais".

O PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o §7º, do artigo 33 da Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte dispositivo da Lei n. 2577, de 16 de junho de 2010:

Art. 1º.....

"Art. 1º.....

Art. 2º.....

Art. 3º.....

Art. 4º O não cumprimento do disposto na presente Lei acarretará a seguinte penalidade:

I – advertência por escrito;

II – abertura de Sindicância para apuração dos fatos;

III – penalização do funcionário de acordo com o Estatuto do Servidor.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI será responsável pela fiscalização da presente Lei.

Art. 5º.....

SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, em 16 de junho de 2010.

Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira - Presidente



PUBLICADO NO ÓRGÃO OFICIAL
DO MUNICÍPIO Nº 1375/2010

DE 18/06/2010

LEI N. 2577

De 16 de junho de 2010.

Altera a Lei n.1092, de 04 de fevereiro de 1998 que
"Dispõe sobre o atendimento prioritário aos idosos,
deficientes físicos, gestantes e mulheres com crianças
de colo nos órgãos públicos municipais".



O PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do
Paraná, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Ficam alterados os artigos 1º, 4º e 5º da Lei Municipal n. 1092,
de 04 de fevereiro de 1998, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica assegurado às pessoas com idade igual ou superior a
60 (sessenta) anos de idade atendimento preferencial nos serviços públicos no
Paço Municipal, de acordo com a Lei Federal n. 10.741, no seu artigo 3º,
Parágrafo único, inciso I, e aos deficientes físicos, gestantes e mulheres com
criança de colo.

Art. 2º

Art. 3º

Art. 4º VETADO.

I – VETADO.

II – VETADO.

III – VETADO.

Parágrafo único. VETADO.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

PAÇO MUNICIPAL “10 DE OUTUBRO”

Campo Mourão, 16 de junho de 2010

Nelson José Tureck
Prefeito Municipal

José Carlos Severino
Procurador-Geral



LEI Nº. 2605

De 09 de setembro de 2010.

Altera a Lei n.1092, de 04 de fevereiro de 1998 que "Dispõe sobre o atendimento prioritário aos idosos, deficientes físicos, gestantes e mulheres com crianças de colo nos órgãos públicos municipais".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO,
Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o §7º, do artigo 33, da Lei Orgânica do Município, promulga a seguinte

LEI:

Art. 1º. Ficam alterados os artigos 1º, 4º e 5º da Lei Municipal n. 1092, de 04 de fevereiro de 1998, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica assegurado às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos de idade atendimento preferencial nos serviços públicos no Paço Municipal, de acordo com a Lei Federal n. 10.741, no seu artigo 3º, Parágrafo único, inciso I, e aos deficientes físicos, gestantes e mulheres com criança de colo.

Art. 2º.

Art. 3º.

Art. 4º. O não cumprimento do disposto na presente Lei acarretará a seguinte penalidade:

I - advertência por escrito;

II - abertura de Sindicância para apuração dos fatos;

III - penalização do funcionário de acordo com o Estatuto do Servidor.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI será responsável pela fiscalização da presente Lei".

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO
MOURÃO, Estado do Paraná, em 09 de setembro de 2010.

Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira
Presidente



LEI Nº 2338

de 27 de fevereiro de 2008

OBRIGA O ATENDIMENTO PARA CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS E EXAMES LABORATORIAIS DO SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE, PARA NO MÁXIMO 30 (TRINTA) DIAS.

O PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente do Poder Legislativo, Vereador Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira, no uso das atribuições contidas no § 7º, do artigo 33, da Lei Orgânica Municipal, promulgo a seguinte **LEI**:

Art. 1º A prestação de serviços de saúde aos usuários, de qualquer natureza, é universal e igualitário, sendo de direito básico obterem acesso em todos os benefícios, exames e procedimentos inerentes à igualdade de condições da população.

Art. 2º Todas as consultas médicas especializadas em estabelecimentos de saúde da rede pública do Município ou conveniada/consorciada deverão ser agendadas e atendidas no prazo máximo de (30) trinta dias.

Art. 3º Quando for estipulada a data para exames laboratoriais, bem como consulta de retorno, a data deverá ser cumprida e respeitada.

Art. 4º Quando o paciente necessitar de atendimento clínico em mais de uma especialidade existente no local, este será feito seqüentemente no mesmo turno de atendimento, evitando-lhe as dificuldades de deslocamento.

Art. 5º Em se tratando de estabelecimento de saúde de rede pública municipal, o descumprimento dos prazos estabelecidos na presente Lei deverá ser apurado em sindicância específica, e se comprovada negligência funcional, a mesma será considerada falta grave, ficando o servidor responsável sujeito as penalidades legais previstas.

Parágrafo Único – Em se tratando de estabelecimentos de saúde conveniados/consorciados com o Poder Executivo Municipal, ou por ele mantido, o descumprimento dos prazos estabelecidos na presente Lei implicará na aplicação de sanções previstas no convênio ou contrato entre eles ou a rescisão do mesmo.

Art. 6º A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, em 27 de fevereiro de 2008.

Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira
Presidente



Da Vice-Presidência da Câmara,
Ao Departamento de Assuntos Legislativos - DAL

01- Registro minha ciência ao Projeto de Lei nº 10/2015, protocolizado sob nº 161/15 em 27 de janeiro do corrente, de autoria do Vereador Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira, que "Estabelece a possibilidade de agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos, pessoas com deficiências e moradores de zona rural já cadastrados nas Unidades de Saúde do Município e dá outras providências".

02- *Ante o exposto, inclua no roteiro da próxima Sessão para conhecimento do Soberano Plenário.*

03- *Após conhecimento do plenário, encaminhe à DIJUR para manifestação.*

Sala Vereador Paulo Roberto Merlin Ribas, 05 de fevereiro de 2015.



Edson Lima

Vice-Presidente



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1.488 - Telefone (44) 3518-2050 - Fone 3302-220
C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
e-mail: legislativomunicipal@cmcm.pr.gov.br
www.cmcm.pr.gov.br



DIRETORIA JURÍDICA

DE: DIRETORIA JURÍDICA
PARA: EXCELENTÍSSIMO SENHOR 1º VICE PRESIDENTE

PARECER Nº. 144 /2015

REF: PL N.º 010/2015

AUTORIA: ILUSTRÍSSIMO VEREADOR DR. ERALDO TEODODO DE OLIVEIRA

Excelentíssimo Senhor 1º Vice Presidente,

Atendendo a Vossa Determinação e considerando a competência atribuída a este órgão pelos artigos 18, caput, bem como seu § 2º, V da Resolução nº. 32/92, com redação dada pela Resolução nº 07/2011, e 31 do Regimento Interno desta Casa de Leis, cabe aduzir o que segue:

EM BRANCO

Poder Legislativo de Campo Mourão
Processo nº 335 / 2015

Código Verificador : EP1D
Requerente: SIDNEY KENDY MATSUGUMA
Data / Hora: 26/02/2015 14:47
Assunto: Parecer Jurídico
Subassunto: Projeto de Lei



000000000000000000054



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1.488 - Telefone (44) 3518-5050 - CEP 87302-220

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@cmcm.pr.gov.br

www.cmcm.pr.gov.br



I - DO RELATÓRIO:

O Ilustre Vereador Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira propõe **Projeto de Lei sob nº 010/2015**, protocolizado sob o nº. **0161/2015**, exposto em 05 (cinco) artigos, que “estabelece a possibilidade de agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos, pessoas com deficiências e moradores da zona rural já cadastrados nas unidades de saúde do município e dá outras providências”.

O Projeto de Lei em comento foi protocolizado em data de 27 de Janeiro de 2015.

A Divisão Legislativa certificou, em 28 de janeiro do corrente, a existência de Súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto e deixou de se manifestar quanto à prejudicialidade e aos quesitos para recebimento e distribuição da proposição.

O Departamento de Controle Legislativo e Arquivo Histórico certificou, em 03 de fevereiro de 2015, a existência das Leis nº 1092/1998, nº 2577/1998, nº 2605/2010 e nº 2338/2008.

Na data de 24 de fevereiro do corrente exercício foi encaminhado a esta Diretoria Jurídica.

K-1



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1.488 - Telefone (44) 3518-5050 - CEP 87302-220

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@cmcm.pr.gov.br

www.cmcm.pr.gov.br



O aludido Projeto de Lei faz-se acompanhar de Mensagem Justificativa conforme preceito regimental.

É a síntese do essencial.

II - DO MÉRITO:

Conforme alega o Autor em sua Mensagem Justificativa, o presente Projeto visa que os idosos, pessoas com deficiência e moradores da zona rural sejam beneficiadas, tendo a garantia que serão realmente atendidas, sem prejuízo do atendimento dos demais pacientes.

Em análise, salvo melhor juízo, certifica-se que não há óbice à tramitação do Projeto de Lei em tela, pois não se afigura qualquer inconstitucionalidade, ilegalidade, ou desrespeito aos preceitos regimentais desta Casa de Leis.

Ademais, é importante destacar que a matéria em relevo não se insere entre aquelas que sejam de iniciativa do Poder Executivo, haja vista o nítido caráter fiscalizatório, notadamente para assegurar o cumprimento das prescrições já contidas nas Leis Federais 8080/1990, 10741/2003 e 7853/1989.

Quanto ao tramite, referido *Projeto de Lei* deve ser enviado para análise das **Comissões Permanentes de Legislação e Redação** (*artigo 39, inciso I, do Regimento Interno*) **Méritos Temáticos** (*artigo 41,*

KM



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1.488 - Telefone (44) 3518-5050 - CEP 87302-220

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@cmcm.pr.gov.br

www.cmcm.pr.gov.br



inciso I, alíneas “i” e “m-3” do Regimento Interno) e Saúde, Educação e Segurança Pública (artigo 43-B, incisos I e XI do Regimento Interno).

Por fim, o quórum para a aprovação é de **maioria simples**, com fins no § 3º, *artigo 20 do Regimento Interno* desta Casa de Leis, presentes a maioria absoluta de seus membros.

III - DA CONCLUSÃO:

EX POSITIS, esta Diretoria Jurídica se manifesta favorável à tramitação do **Projeto de Lei nº. 010/2015**.

É o parecer, *sub censura*, ressalvada, todavia, a análise de mérito dos Nobres Edis.

Campo Mourão, 25 de fevereiro de 2015.

Sidney Kendy Matsuguma

Procurador Jurídico

OAB/PR 56.500



Da Vice-Presidência da Câmara,
Ao Departamento de Assuntos Legislativos - DAL

01- Registro minha ciência ao Parecer Jurídico nº 144/2014, protocolizado sob nº 335/2015 em 26 do fluente, onde a Diretoria Jurídica se manifesta **favorável** a tramitação do **Projeto de Lei nº 10/2015**, que **“estabelece a possibilidade de agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos, pessoas com deficiências e moradores da zona rural já cadastrados nas Unidades de Saúde do Município e dá outras providências”**, de autoria do Vereador Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira.

02- *Ante o exposto, encaminhe para as Comissões Permanentes Pertinentes.*

Sala Vereador Paulo Roberto Merlin Ribas, 26 de fevereiro de 2015.



Edson Lima
Vice-Presidente



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450
C.N.P.J 79.869.772/0001-14
www.camaracm.com.br



PROJETO DE LEI N. 010/2015

AUTORIA: VEREADOR DR. ERALDO TEODORO DE OLIVEIRA

**ENVIADO À COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E
REDAÇÃO**

RELATOR (A) VEREADOR SIDNEI JARDIM.

RELATÓRIO:

Tramita nesta Comissão Permanente de Legislação o Projeto de Lei n.º. 010/2015 que: **“ESTABELECE A POSSIBILIDADE DE AGENDAMENTO TELEFÔNICO DE CONSULTAS PARA PACIENTES IDOSOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E MORADORES DE ZONA RURAL JÁ CADASTRADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNÍCIPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

VOTO DO RELATOR:

Conforme justificativa do autor, o presente Projeto de Lei tem por objetivo facilitar o agendamento de consultas por telefone às pessoas abrangidas por esta Lei, de modo que haverá garantia de atendimento e evitará que sejam expostos aos mais diversos riscos que as filas nas unidades de saúde oferecem.

Isto se dá em razão de haver demora no atendimento, grande número de pacientes aguardando atendimento, deste modo, aos idosos, pessoas com deficiência e moradores da zona rural, que possuem maiores dificuldades para se deslocar até a unidade de saúde, deverá ser dado tratamento diferenciado, a fim de que não tenham que voltar para suas casas sem o atendimento necessário, sendo o maior benefício alcançado por esta Lei.



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450
C.N.P.J 79.869.772/0001-14
www.camaracm.com.br



Ante ao exposto e considerando que o presente Projeto não apresenta prejudicialidades quanto à constitucionalidade, legalidade e jurisprudência, manifestamos nosso **VOTO FAVORÁVEL** à presente proposição.

SALA DE REUNIÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, em 05, de março de 2015.


Sidnei Jardim
Presidente – Relator

VOTOS DOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

O Vereador-Membro **Edilson Martins** se manifesta, aos termos do parecer:

☐ Favorável

☐ Contrário

☐ Ausente

Assinatura: _____

O Vereador Membro **Jorge Pereira** se manifesta, aos termos do parecer:

☒ Favorável

☐ Contrário

☐ Ausente

Assinatura:  _____



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518 5050 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@camaracm.com.br www.camaracm.com.br



PROJETO DE LEI Nº 10/2015.

AUTORIA: Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira

Enviado à COMISSÃO DE MÉRITOS TEMÁTICOS

Relator Olivino Custódio

Tramita nesta Comissão o Projeto de Lei nº 10/2015, protocolizado sob nº 10/2015 em data de 27 de janeiro de 2015, que **"ESTABELECE A POSSIBILIDADE DE AGENDAMENTO TELEFÔNICO DE CONSULTAS PARA PACIENTES IDOSOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E MORADORES DE ZONA RURAL JÁ CADASTRADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

VOTO DO RELATOR

Conforme prevê o Artigo 41 do Regimento Interno desta Casa de Leis, chega a essa Relatoria o Projeto de Lei n. 10/2015, ora exposto, com Parecer Jurídico emitido pela Diretoria Jurídica da Casa.

Em análise ao Projeto de Lei, verificamos que o mesmo vai ao encontro do bem estar da população.

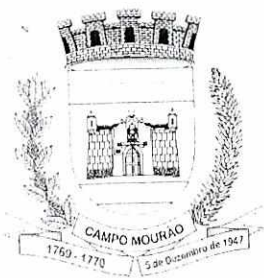
Assim **VOTO FAVORÁVEL** ao presente Projeto de Lei.

Sala da Comissão Permanente de méritos temáticos do Poder Legislativo do Município de Campo Mourão, em 10 de março de 2015.


Olivino Custódio
Relator


Elvira Maria Schen Lima
membro-presidente


Edson Lima
membro



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450
C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
e-mail: vereadoraprofessoravilma@camaraem.com.br www.camaraem.com.br

VEREADORA PROFESSORA VILMA/PT



PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE
SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N. 10/2015.

AUTORIA: Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira

ENVIADO À COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEG. PÚBLICA

RELATORA : Profª Vilma/PT.

Tramita nesta Comissão Permanente De Finanças E Orçamento o **Projeto de Lei nº 10/2015** de autoria do vereador Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira que Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira – ESTABELECE A POSSIBILIDADE DE AGENDAMENTO TELEFÔNICO DE CONSULTAS PARA PACIENTES IDOSOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E MORADORES DE ZONA RURAL JÁ CADASTRADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATÓRIO:

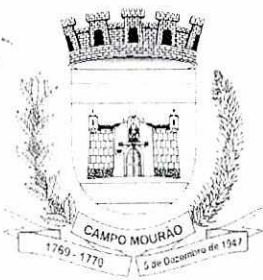
Esta Presidência da Comissão Permanente de Saúde, Educação e Segurança Pública, no uso das atribuições que lhe permite o § 3º, do art. 59, do Regimento Interno, reserva a sua própria consideração, como Relatora, do Projeto de Lei epígrafado.

Acompanha o Projeto de Lei: Minuta do Projeto de Lei nº 10/2015, Mensagem Justificativa do Poder Executivo, Parecer Jurídico nº 144/2015 (favorável) e Pareceres favoráveis das Comissões de Legislação e Redação, Méritos Temáticos.

O Projeto de Lei foi encaminhado para análise desta Comissão Permanente no dia 23 de março de 2014.

É o relatório.

Olivia



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (41) 3523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450
C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
e-mail: vereadoraprofessoravilma@camaracm.com.br www.camaracm.com.br

VEREADORA PROFESSORA VII MA/PT



VOTO DA RELATORA:

Diante das informações verificadas da matéria, apresento a seguinte **EMENDA ADITIVA** ao Projeto de Lei nº 10/2015, renumerando as demais:

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 10/2015

Art. 1.

.....

Art. 5º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei através de Decreto, no prazo de 30 dias a partir de sua publicação.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Desta maneira, manifesto **VOTO FAVORÁVEL** a sua tramitação e respectiva **EMENDA ADITIVA**.

SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, DO
PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, em 23 de março de
2015.

VEREADORA PROFª VILMA
Presidente – Relatora



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

e-mail: vereadoraprofessoravilma@camaraem.com.br www.camaraem.com.br

VEREADORA PROFESSORA VILMA/PT



VOTOS DOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E
SEGURANÇA PÚBLICA

A Vereadora **Elvira Schen** se manifesta, aos termos do parecer com **EMENDA**:

☒ Favorável

☐ Contrário

☐ Ausente

Assinatura:

Elvira Schen

O Vereador **Luiz Alfredo** se manifesta, aos termos do parecer **EMENDA**:

☒ Favorável

☐ Contrário

☐ Ausente

Assinatura:

Luiz Alfredo



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ
Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1488 - Telefax (0xx44) 3518-5050 - CEP 87302-220 - Caixa Postal 450
C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
e-mail: legislativomunicipal@cmcm.pr.gov.br - www.cmcm.pr.gov.br
Departamento de Assuntos Legislativos



PROTOCOLO Nº 161/2015	PROJETO DE LEI	Nº 10/2015
-----------------------	----------------	------------

TRAMITAÇÃO LEGISLATIVA	
------------------------	--

DATA	COMISSÃO PERMANENTE	PRESIDENTE DA MESA EXECUTIVA
05 03 15	LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO	
10 03 15	MÉRITOS TEMÁTICOS	
23 03 15	SAÚDE, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA	

DATA	DISCUSSÃO E VOTAÇÃO	RESULTADO			PRESIDENTE DA MESA EXECUTIVA
13 04 15	PARECER C.P.S.E.S.P	APROVADO	X	REJEITADO	
13 04 15	PROJETO C/EMENDA	APROVADO	X	REJEITADO	
14 04 15	PROJETO C/EMENDA	APROVADO	X	REJEITADO	
		APROVADO		REJEITADO	
		APROVADO		REJEITADO	
		APROVADO		REJEITADO	

EMENDAS OU OUTRAS OBSERVAÇÕES:

REDAÇÃO FINAL: / /	SANÇÃO/PROMULGAÇÃO: / /
--------------------	-------------------------

PUBLICAÇÃO: / /	ARQUIVAMENTO: / /
-----------------	-------------------

DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

EMENDA SUGERIDA PELA C.P.S.E.EP.

<u>NOME</u>	<u>F</u>	<u>C</u>	<u>A</u>
Antonio Machado	X		
Edilson Martins	X		
Edson Battilani	X		
Edson Lima	X		
Elvira Lima	X		
Dr. Eraldo	---	---	---
Isidório Moraes	X		
Jorge Pereira	X		
Luiz Alfredo	X		
Nelita Piacentini	X		
Olivino Custódio	X		
Sidnei Jardim	X		
Prof. ^a Vilma	X		

<u>F – favoráveis</u>
<u>C – contrários</u>
<u>A – ausentes</u>

1ºTURNO

<u>NOME</u>	<u>F</u>	<u>C</u>	<u>A</u>
Antonio Machado	X		
Edilson Martins	X		
Edson Battilani	X		
Edson Lima	X		
Elvira Lima	X		
Dr. Eraldo	---	---	---
Isidório Moraes	X		
Jorge Pereira	X		
Luiz Alfredo	X		
Nelita Piacentini	X		
Olivino Custódio	X		
Sidnei Jardim	X		
Prof. ^a Vilma	X		

<u>F – favoráveis</u>
<u>C – contrários</u>
<u>A – ausentes</u>

2ºTURNO

<u>NOME</u>	<u>F</u>	<u>C</u>	<u>A</u>
Antonio Machado	X		
Edilson Martins	X		
Edson Battilani	X		
Edson Lima	X		
Elvira Lima	X		
Dr. Eraldo	---	---	---
Isidório Moraes	X		
Jorge Pereira	X		
Luiz Alfredo	X		
Nelita Piacentini	X		
Olivino Custódio	X		
Sidnei Jardim	X		
Prof. ^a Vilma	X		

<u>F – favoráveis</u>
<u>C – contrários</u>
<u>A – ausentes</u>



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco F. Albuquerque, nº. 1488- Telefax (44) 3518 5050 -CEP 87302-220 - Cx. Postal 450
CNPJ 79.869.772/0001-14
www.cmcm.pr.gov.br



CONSULTORIA TÉCNICO-LEGISLATIVA

Parecer ao Projeto de Lei n. 10/2015 - Estabelece a possibilidade de agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos, pessoas com deficiências e moradores da zona rural, já cadastrados nas Unidades Básica de Saúde do Município, e dá outras providências.

Autoria: Vereador Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira.

Atendendo determinação da Resolução nº. 07/2011 em seu § 3º do Artigo 18 c/c o art. 204 do Regimento Interno desta Casa de Leis, cabe - me aduzir o que segue:

REDAÇÃO FINAL:

01) Emenda Aditiva apresentada pela Comissão Permanente de Saúde, Educação e Segurança Pública.

Campo Mourão, 15 de abril de 2015.

Amanda Helena da Silva
Amanda Helena da Silva
Consultora Técnica Legislativa



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco F. Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518-5050 - CEP 87.302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: consultorialegislativa@camaracm.com.br

www.cmcmm.pr.gov.br

Consultoria Técnico-Legislativa



PROJETO DE LEI N. 10/2015

De 15 de abril de 2015.

Estabelece a possibilidade de agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos, pessoas com deficiências e moradores da zona rural, já cadastrados nas Unidades Básica de Saúde do Município, e dá outras providências.

O PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, aprova e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º. Os pacientes idosos, as pessoas com deficiências e os moradores da zona rural poderão agendar, por telefone, as suas consultas nas Unidades Básica de Saúde do Município.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - unidade básica de saúde: o estabelecimento compreendido como unidade básica de saúde, centro de saúde ou posto do Programa de Saúde da Família;

II - idoso: a pessoa que comprovar idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos na data da consulta.

Art. 2º. O agendamento de que trata esta Lei somente será possível nas unidades básicas de saúde onde o paciente já estiver cadastrado.

Art. 3º. Para receber o atendimento agendado por telefone, o paciente deverá apresentar, na ocasião da consulta, a sua carteira de identidade e o cartão do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 4º. As unidades básicas de saúde deverão afixar, em local visível à população, material indicativo do conteúdo desta Lei.

Art. 5º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei através de Decreto, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua publicação.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco F. Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518-5050 - CEP 87.302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: consultorialegislativa@camaracm.com.br

www.cmcml.pr.gov.br

Consultoria Técnico-Legislativa



SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, em 15 de abril de 2015.

Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira
Presidente



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco F. Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518-5050 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 2042
C.N.P.J 79.869.772/0001-14
e-mail: contato@cmcm.pr.gov.br
www.cmcm.pr.gov.br



Ofício nº 471/15-GAB/PRES.

Campo Mourão, 15 de abril de 2015.

Senhora Prefeita,

Encaminhamos a Vossa Excelência os Projetos de Leis abaixo relacionados, analisados e aprovados em Plenário:

- 182/2014 – “Autoriza o Poder Executivo a alienar, mediante dação em pagamento, o imóvel que especifica à Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Mourão - PREVISCAM”, de autoria do Poder Executivo;
- 10/2015 – “Estabelece a possibilidade de agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos, pessoas com deficiências e moradores da zona rural, já cadastrados nas Unidades Básicas de Saúde do Município, e dá outras providências”, de autoria do Vereador Eraldo Teodoro de Oliveira;
- 11/2015 – “Declara de Utilidade Pública a Cooperativa Resíduos Solidário - Cooperesíduos”, de autoria do Vereador Edson Battilani;
- 23/2015 – “Denomina Escola Municipal Professora Clarinha Wencel Casimiro, a Unidade Escolar de seis salas - Projeto FNDE, localizada no Conjunto Moradias Avelino Piacentini.”, de autoria do Poder Executivo;
- 40/2015 – “Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Parque Verde.”, de autoria do Vereador Eraldo Teodoro de Oliveira;

Atenciosamente,

Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira
Presidente

Excelentíssima Senhora
Prefeita **Regina Massaretto Bronzel Dubay**,
Prefeitura Municipal
Campo Mourão - PR
/kl

PROTOCOLO DE OFÍCIOS EXPEDIDOS PELO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO AC

Ofícios/Proposição

Op. 446 - Retirada do Projeto de Lei 50/2015 Recebido em: 09/05/15 às 15:41h Responsável pelo Recebim. Alencar

Op. 443 - Retirada do Projeto de Lei 50/2015 Recebido em: 09/05/15 às 15:41h Responsável pelo Recebim. Alencar

Op. 444 - PL 212/13 Recebido em: 09/05/15 às 16:28h Responsável pelo Recebim. Alencar

Op. 448 e 449/15 Recebido em: 09/05/15 às 16:55h Responsável pelo Recebim. Alencar

Op. 445 - Prop. 377/15 Recebido em: 31/03/15 Responsável pelo Recebim. Alencar

Op. 445 - Prop. 301/15 Recebido em: 31/03/15 Responsável pelo Recebim. Alencar

Op. 445 - Prop. 477/15 Recebido em: 31/03/15 Responsável pelo Recebim. Alencar

Op. 445 - Prop. 480/15 Recebido em: 31/03/15 Responsável pelo Recebim. Alencar

Op. 445 - Prop. 484/15 Recebido em: 31/03/15 Responsável pelo Recebim. Alencar

Op. 445 - Prop. 495/15 Recebido em: 31/03/15 Responsável pelo Recebim. Alencar

Op. 445 - Prop. 495/15 Recebido em: 31/03/15 Responsável pelo Recebim. Alencar

Op. 445 - Prop. 495/15 Recebido em: 31/03/15 Responsável pelo Recebim. Alencar

Op. 445 - Prop. 495/15 Recebido em: 31/03/15 Responsável pelo Recebim. Alencar

Op. 445 - Prop. 495/15 Recebido em: 31/03/15 Responsável pelo Recebim. Alencar

Op. 445 - Prop. 495/15 Recebido em: 31/03/15 Responsável pelo Recebim. Alencar

Op. 445 - Prop. 495/15 Recebido em: 31/03/15 Responsável pelo Recebim. Alencar



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1.488 - Telefone (44) 3518-5050 - CEP 87302-220

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@cmcm.pr.gov.br

www.cmcm.pr.gov.br



DIRETORIA JURÍDICA

AO DAL.
Com a CPLR
18/05/2015

DE: DIRETORIA JURÍDICA
PARA: PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

PARECER JURÍDICO Nº. 543 /2015.
REF: MENSAGEM DE VETO Nº. 04/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Atendendo a Vossa Determinação e considerando a competência atribuída a este órgão pelos artigos 18, caput, bem como seu § 2º, V da Resolução nº. 32/92, com redação dada pela Resolução nº 07/2011, e 31 do Regimento Interno desta Casa de Leis, cabe aduzir o que segue:



I – DO RELATÓRIO:

A Chefe do Poder Executivo encaminha a **Mensagem de Veto nº. 04/2015**, protocolizada sob nº 1003/2015, que veta totalmente o **Projeto de Lei nº. 10/2015**, de autoria do Vereador Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira, que “ESTABELECE A POSSIBILIDADE DE AGENDAMENTO TELEFÔNICO DE CONSULTAS PARA PACIENTES IDOSOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E MORADORES DA ZONA RURAL JÁ CADASTRADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Mensagem de Veto em comento foi protocolizada sob o nº. 1003/2015, na data de 11 de maio de 2015.

Sequencialmente, na data 13 de maio de 2015 foi encaminhada a esta Diretoria Jurídica para os fins de praxis e estilo. A proposição fez-se acompanhar de justificativa; conforme preceito regimental.

É a síntese do essencial.

II – DO MÉRITO:

Inicialmente, cabe tecer considerações sobre os prazos estabelecidos no *artigo 143 do Regimento Interno* desta Casa de Leis e no § 1º do *artigo 33, da Lei Orgânica Municipal*, pois o Ofício nº. 471/2015, desta Casa de Leis, que encaminhou o Projeto de Lei nº. 10/2015, para análise do Poder Executivo, foi recebido em 15 de abril de 2015, conforme documento de fl. 36.



Assim, considerando o tempo decorrido, a aludida Mensagem de Veto foi protocolizada em 11 de maio de 2015, tempestivamente.

Em suas razões de veto, a Chefe do Poder Executivo alega que a proposição é inconstitucional, com fundamento no art. 62, I, c/c art. 55, IV e art. 30, §1º, IV da LOM, art. 66, IV da CE/PR e art. 61§1º, art. 84, II e VI, a, da CF/88, eis que a Lei vetada é de iniciativa privativa do da Chefia Poder Executivo.

Sem embargo da tese de mérito que fundamenta as razões do veto, consabido que este Poder Legislativo aprovou aludido Projeto de Lei. Donde conclui que seria divergente se vetasse uma Lei que tramitou com regularidade nesta Casa de Leis.

Assim, salvo melhor juízo, não se vislumbra prejudicialidade à matéria.

III – DA CONCLUSÃO:

Portanto, diante da observância dos requisitos de admissibilidade de Veto contida nos *artigos 33, § 1º da Lei Orgânica Municipal e 143 do Regimento Interno*, esta Diretoria Jurídica se manifesta favorável à tramitação do aludido Veto.

Dito isso, salienta-se o **prazo de deliberação - 30 (trinta) dias** - contido no §2º, do *artigo 142 do Regimento Interno* desta Casa de Leis, contados de seu recebimento.



Neste viés, faz-se ressalva à forma de deliberação, uma vez que esta deverá ocorrer através de **escrutínio secreto**, e, em caso de **REJEIÇÃO**, o *quorum* deliberativo exige a **maioria absoluta - 07 (sete) Vereadores** - dos membros desta Casa de Leis; conforme preleciona o §2º, do *artigo 142 do Regimento Interno* desta Casa de Leis.

Por oportuno, caso seja mantido o veto, dever-se-á dar ciência ao Poder Executivo (§6º, do *artigo 142 do RI*).

In fine, a proposição deverá ser remetida à Comissão de Legislação e Redação (*caput do artigo 142 do RI*) desta Casa de Leis.

EX POSITIS, esta Diretoria Jurídica se manifesta favorável à tramitação de aludida Mensagem de Veto.

É o parecer, *sub censura*.

Campo Mourão (PR), 13 de maio de 2015.

Ulisses Lima Takarada

Ulisses Lima Takarada

Procurador Jurídico

OAB/PR 59.148



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: vereadoredilsonmartins@cmcm.pr.gov.br - www.cmcm.pr.gov.br

ASSESSORIA PARLAMENTAR - PSD



MENSAGEM DE VETO 04/2015.

AUTORIA: EXECUTIVO MUNICIPAL

ENVIADO À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

RELATOR - Vereador EDILSON MARTINS

Tramita nesta Comissão a Mensagem de veto, que “**VETA TOTALMENTE O PROJETO DE LEI Nº 10/2015 DE AUTORIA DO VEREADOR DR. ERALDO TEODORO DE OLIVEIRA – QUE: “ESTABELECE A POSSIBILIDADE DE AGENDAMENTOS TELEFÔNICOS DE CONSULTAS PARA PACIENTES IDOSOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E MORADORES DE ZONA RURAL JÁ CADASTRADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**”.

VOTO DO RELATOR

Analisando a proposição apresentada pelo Executivo Municipal, protocolada sob o nº 04/2015, manifesto **VOTO CONTRÁRIO** à sua tramitação.

**SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO,
DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, em 29 de maio
de 2015.**


Edilson Martins
RELATOR



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3523-23.30 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: vereadoredilsonmartins@cmcm.pr.gov.br - www.cmcm.pr.gov.br

ASSESSORIA PARLAMENTAR - PSD



VOTOS DOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E
REDAÇÃO

O Vereador – Presidente - **Sidnei Jardim** se manifesta, aos termos do parecer:

☒ Favorável

☐ Contrário

☐ Ausente

Assinatura:

O Vereador - Membro **Jorge Pereira** se manifesta, aos termos do parecer:

☒ Favorável

☐ Contrário

☐ Ausente

Assinatura:

SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO, DO
PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, em 29 de maio de
2015.



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ
Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1488 - Telefax (0xx44) 3518-5050 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450
C.N.P.J. 79.869.772/0001-14
e-mail:legislativomunicipal@cmm.pr.gov.br
www.cmm.pr.gov.br

Departamento de Assuntos Legislativos



PROTOCOLO Nº 1003/2015	MENSAGEM DE VETO	Nº 04/2015
------------------------	------------------	------------

TRAMITAÇÃO LEGISLATIVA	
------------------------	--

DATA	COMISSÃO PERMANENTE	PRESIDENTE DA MESA EXECUTIVA
29 05 15	LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO	

DATA	DISCUSSÃO E VOTAÇÃO	RESULTADO				PRESIDENTE DA MESA EXECUTIVA
08 06 15	PARECER CONTRÁRIO C.P.L.R.	APROVADO	X	REJEITADO		
		APROVADO		REJEITADO		
		APROVADO		REJEITADO		
		APROVADO		REJEITADO		
		APROVADO		REJEITADO		
		APROVADO		REJEITADO		

EMENDAS OU OUTRAS OBSERVAÇÕES:

REDAÇÃO FINAL: / /	SANÇÃO/PROMULGAÇÃO: / /
PUBLICAÇÃO: / /	ARQUIVAMENTO: / /

DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

<u>NOME</u>	<u>F</u>	<u>C</u>	<u>A</u>
Antonio Machado			
Edilson Martins			
Edson Battilani			
Edson Lima			
Elvira Lima			
Dr. Eraldo			
Isidório Moraes			
Jorge Pereira			
Luiz Alfredo			
Nelita Piacentini			
Olivino Custódio			
Sidnei Jardim			
Prof. ^a Vilma			

<u>F – favoráveis</u>
<u>C – contrários</u>
<u>A – ausentes</u>

<u>NOME</u>	<u>F</u>	<u>C</u>	<u>A</u>
Antonio Machado			
Edilson Martins			
Edson Battilani			
Edson Lima			
Elvira Lima			
Dr. Eraldo			
Isidório Moraes			
Jorge Pereira			
Luiz Alfredo			
Nelita Piacentini			
Olivino Custódio			
Sidnei Jardim			
Prof. ^a Vilma			

<u>F – favoráveis</u>
<u>C – contrários</u>
<u>A – ausentes</u>



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518-5050 - CEP 87302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: legislativomunicipal@cmcm.pr.gov.br

<http://www.cmcm.pr.gov.br>

Departamento de Assuntos Legislativos

MENSAGEM DE VETO Nº 04/2015

MENSAGEM DE VETO Nº 004/2015 - EXECUTIVO MUNICIPAL - VETA TOTALMENTE O PROJETO DE LEI Nº 10/2015 DE AUTORIA DO VEREADOR DR. ERALDO TEODORO DE OLIVEIRA - QUE: "ESTABELECE A POSSIBILIDADE DE AGENDAMENTO TELEFÔNICO DE CONSULTAS PARA PACIENTES IDOSOS, PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E MORADORES DE ZONA RURAL JÁ CADASTRADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

☒ ACATANDO O PARECER CONTRÁRIO AO VETO.

☐ REJEITANDO O PARECER CONTRÁRIO AO VETO.





PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco F. Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518-5050 – CEP 87302-220 – Cx. Postal 204
C.N.P.J 79.869.772/0001-14
e-mail: contato@cmcm.pr.gov.br
www.cmcm.pr.gov.br



Ofício nº 730/15 - GAB/PRES.

Campo Mourão, 10 de junho de 2015.

Senhora Prefeita,

Informamos a Vossa Excelência que foi rejeitado o Veto nº 4/2015, que veta totalmente o Projeto de Lei nº 10/2015, que “Estabelece a possibilidade de agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos, pessoas com deficiências e moradores de zona rural já cadastrados nas unidades de saúde do Município e dá outras providências”, de autoria do Vereador Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira, que o presente subscreve.

Respeitosamente,

Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira
Presidente

Excelentíssima Senhora
Prefeita **Regina Massaretto Bronzel Dubay**,
Prefeitura Municipal
Campo Mourão - PR
/kl

EM BRANCO



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco F. Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518-5050 - CEP 87.302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: consultorialegislativa@camaracm.com.br

www.cmcm.pr.gov.br

Consultoria Técnico-Legislativa

LEI N. 3601

De 22 de junho de 2015.



Estabelece a possibilidade de agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos, pessoas com deficiências e moradores da zona rural, já cadastrados nas Unidades Básica de Saúde do Município, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO,
Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o §7º, do artigo 33, da Lei Orgânica do Município, promulga a seguinte

LEI:

Art. 1º. Os pacientes idosos, as pessoas com deficiências e os moradores da zona rural poderão agendar, por telefone, as suas consultas nas Unidades Básica de Saúde do Município.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - unidade básica de saúde: o estabelecimento compreendido como unidade básica de saúde, centro de saúde ou posto do Programa de Saúde da Família;

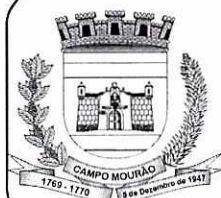
II - idoso: a pessoa que comprovar idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos na data da consulta.

Art. 2º. O agendamento de que trata esta Lei somente será possível nas unidades básicas de saúde onde o paciente já estiver cadastrado.

Art. 3º. Para receber o atendimento agendado por telefone, o paciente deverá apresentar, na ocasião da consulta, a sua carteira de identidade e o cartão do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 4º. As unidades básicas de saúde deverão afixar, em local visível à população, material indicativo do conteúdo desta Lei.

Art. 5º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei através de Decreto, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua publicação.



PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

ESTADO DO PARANÁ

Rua Francisco F. Albuquerque, 1488 - Telefax (44) 3518-5050 - CEP 87.302-220 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

e-mail: consultorialegislativa@camaracm.com.br

www.cmcm.pr.gov.br

Consultoria Técnico-Legislativa

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, em 22 de junho de 2015.



Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira
Presidente

**PROCESSO LICITATÓRIO N.362/2015 – DESUP.
PREGÃO PRESENCIAL N. 135/2015.**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS GLP-13KG E GÁS GLP-45KG PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Examinando os autos do processo licitatório em epígrafe, observo que a licitação seguiu o procedimento legal aplicável. Assim, com fundamento no art. 4º. XXII, da Lei n. 10.520, de 17/07/2002, HOMOLOGO o Pregão Presencial n. 135/2015, do tipo menor preço por item, com adjudicação feita pelo Pregoeiro às empresas **LIQUI ALVES COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA** e **COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.**, segundo o julgamento proferido.

Publique-se.

Campo Mourão, 22 de junho de 2015.

Regina Massaretto Bronzel Dubay - **Prefeita**

ATOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

CODUSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2015

Com base no Inciso II do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações anteriores, ratificamos a **DISPENSA DE LICITAÇÃO** para contratação da empresa **ADELAIDE SCHVAB**, estabelecida na Rua Mato Grosso, 980 -, Jardim Gutierrez, nesta cidade de Campo Mourão/Pr., inscrita no C.N.P.J. sob nº 12.381.193/0001-57, para fornecimento de 10 (dez) mudas de ipê amarelo, com altura de aproximadamente 4,00/metros - obras de revitalização do canteiro central da Avenida Capitão Índio Bandeira..

VALOR DOS PRODUTOS: R\$ 3.500,00 (TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS).

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: À VISTA.

Campo Mourão, 23 de Junho de 2.015

GILMAR KWITSCHAL - DIRETOR-PRESIDENTE
NIVALDO KOMACHENA - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE ADITIVO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PARTES: CODUSA - CIA DE DESENVOLVIMENTO, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO DE CAMPO MOURÃO e ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL GLOBO S/C LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de prestação de serviços, objeto da licitação na modalidade Convite nº 024/2009 por mais 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de assinatura deste termo de aditivo. As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas e em pleno vigor.).

DATA DA ASSINATURA: 05 de Junho de 2.015.

FORO: Comarca de Campo Mourão – Estado do Paraná.

FUNDACAM

**AVISO DE SUSPENSÃO DA REALIZAÇÃO DO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 029/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 108/2015**

A Fundação Cultural de Campo Mourão e Secretaria Especial da Cultura, Estado do Paraná, informa as empresas interessadas que por motivos de conveniência da administração em cumprimento aos ditames contidos na Lei Federal n.º 10.520/02, Decreto Federal n.º 5.504/04, Lei Complementar n.º 126/2006 e no que couberem as disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21/06/93 e suas alterações em vigor, tornar público a **SUSPENSÃO** da realização da modalidade Pregão do tipo **Menor Preço**, marcada para **03/07/2015 às 09h** com o objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TENDAS, FECHAMENTO DE LONAS E STANDS INTERNOS PARA A BIENAL DO LIVRO E LEITURAS DE CAMPO MOURÃO-PR.** Definida a nova data de abertura do referido certame, serão efetuados os procedimentos de publicidade, conforme determina a legislação vigente.

Campo Mourão, 23/06/2015.

Rodrigo dos Santos Ferreira – **Pregoeiro - Portaria 008/2015 – Fundacam**

TECNOCAMPO

EDITAL Nº 002/2015 – TECNOCAMPO

O MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, através do Conselho Deliberativo da **TECNOCAMPO – FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DE CAMPO MOURÃO E REGIÃO**, resolve,

TORNAR PÚBLICO:

1. Que o prazo fixado no *caput* do item 1 do Edital nº 001/2015-TECNOCAMPO, referente a execução do Programa de Apoio a Inovação - INOVATEC, passa a ser **entre os dias 03 e 30 de junho**, de acordo com as condições anteriormente especificadas.

Publique-se.

Campo Mourão, 23 de junho de 2015.

Regina Massaretto Bronzel Dubay - **Prefeita Municipal**
Deise Michelle Falbot Ferreira - **Diretora-Presidente da TECNOCAMPO**

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI N. 3601
De 22 de junho de 2015.

Estabelece a possibilidade de agendamento telefônico de consultas para pacientes idosos, pessoas com deficiências e moradores da zona rural, já cadastrados nas Unidades Básica de Saúde do Município, e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o §7º, do artigo 33, da Lei Orgânica do Município, promulga a seguinte

L E I:

Art. 1º. Os pacientes idosos, as pessoas com deficiências e os moradores da zona rural poderão agendar, por telefone, as suas consultas nas Unidades Básica de Saúde do Município.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - unidade básica de saúde: o estabelecimento compreendido como unidade básica de saúde, centro de saúde ou posto do Programa de Saúde da Família;

II - idoso: a pessoa que comprovar idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos na data da consulta.

Art. 2º. O agendamento de que trata esta Lei somente será possível nas unidades básicas de saúde onde o paciente já estiver cadastrado.

Art. 3º. Para receber o atendimento agendado por telefone, o paciente deverá apresentar, na ocasião da consulta, a sua carteira de identidade e o cartão do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 4º. As unidades básicas de saúde deverão afixar, em local visível à população, material indicativo do conteúdo desta Lei.

Art. 5º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei através de Decreto, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua publicação.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO, Estado do Paraná, em 22 de junho de 2015.

Dr. Eraldo Teodoro de Oliveira – **Presidente**